

AVIAÇÃO

Céu nublado para o Voa Brasil

Programa de passagens aéreas mais baratas fica para depois do carnaval. Empresas pedem socorro ao governo e à Petrobras

» RAFAELA GONÇALVES

O pacote de socorro às companhias aéreas pode se tornar um empecilho para os planos do governo de reduzir os preços das passagens. Com foco no consumidor, o lançamento do programa Voa Brasil, que promete bilhetes a R\$ 200, foi adiado mais uma vez. A expectativa era de que a iniciativa fosse lançada em 5 de fevereiro, conforme anunciou o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho. Ao **Correio**, a assessoria da pasta alegou “problemas de agenda” e confirmou que os planos ficaram para depois do carnaval.

A prioridade passou a ser a resolução dos problemas do setor, que pede uma contrapartida para viabilizar o programa. Isso porque, o pedido de recuperação judicial da Gol nos Estados Unidos abalou o mercado de aviação brasileiro.

A companhia acumula uma dívida considerável desencadeada pela pandemia de covid-19, que afetou fortemente o setor. No terceiro trimestre do ano passado, a empresa registrou um endividamento de R\$ 20,3 bilhões.

A Gol é a segunda maior empresa aérea brasileira, responsável por 32,3% do mercado doméstico em 2023, segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). O ranking é liderado pela Latam, que terminou o ano com 36,3% do mercado, a Azul aparece em terceiro lugar, com 30,5%. Juntas, as três concentram 99% dos passageiros no Brasil.

“Nosso mercado tem uma concorrência muito pequena, então é muito ruim quando você vê uma companhia aérea em recuperação judicial”, avalia o especialista em direito empresarial Felipe Denki, sócio do Lara Martins Advogados. A estratégia de adotar o plano não é nova. Empresas como a American Airlines e a Latam fizeram o mesmo para reorganizar suas contas. “Entendemos que a Gol tem tudo para se recuperar, o procedimento americano é muito mais seguro e confiável que o brasileiro, além de

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Aviões da Gol no Aeroporto Internacional de Brasília: empresa assegurou a funcionários e clientes que continuará a operar normalmente

muito mais célere”, complementa.

O especialista cita ainda as dificuldades de operação enfrentadas pelas empresas que atuam no mercado doméstico. “Operar em um país onde o câmbio é muito alto e toda a operação das companhias aéreas é em dólar, isso de fato gera um custo muito elevado e é preciso fazer malabarismo para que essas empresas consigam operar no Brasil. Presenciamos o fechamento de empresas aéreas aqui desde os anos 2000”, lembra.

Denki acrescenta que o cenário dificulta as tratativas do governo para baixar os preços das passagens. “É difícil distribuir e impor isso a uma companhia que passa por um processo de reestruturação. Como vender uma passagem mais barata no momento em que é necessário aumentar receitas? Fica uma incógnita.”

MP do Planalto

O Palácio do Planalto estuda a edição de uma medida provisória (MP) de socorro para as companhias nas próximas semanas, incluindo a negociação de dívidas com a União e uma linha de crédito do BNDES. A alternativa está sendo avaliada por técnicos do Ministério da Fazenda, pois as aéreas não dispõem de garantias e os bancos estão cautelosos em avaliar as operações, diante da situação financeira do setor.

A ideia é que o Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac) obtenha permissão legal para ser usado como garantidor. O assunto seria discutido nesta quinta na Casa Civil, com representantes do setor. A reunião acabou adiada a pedido da equipe econômica, que está finalizando uma proposta.

O economista Ricardo Rodil, líder do Mercado de Capitais do Grupo Crowe Macro, lembra que companhias aéreas ao redor do mundo, quase sem exceção, têm necessidade de auxílios governamentais. “Muitos governos alegam que esses subsídios são indispensáveis, pois se trata de uma atividade de ‘segurança nacional’, epíteto que não tenho certeza de que seja correto. Nessas circunstâncias, seria lógico pensar que o governo brasileiro poderia adotar algum mecanismo de ‘socorro’ para a atividade como um todo”, pondera.

No entanto, Rodil recorda que o governo encerrou 2023 com um déficit de pouco mais de R\$ 230 bilhões e que tem pela frente o desafio de cumprir a promessa de zerar o déficit já no ano de 2024. “Minha dúvida, nesse caso,

é até que ponto o governo brasileiro teria condições objetivas de financiar um programa desse tipo nas atuais circunstâncias.”

Redução do QAV

A Petrobras também acabou pressionada pelo governo para a redução do querosene de aviação (QAV). O preço do combustível tem sido usado como argumento pelas companhias que suplicam auxílio. Ontem a petroleira anunciou mais uma queda de 0,4%, equivalente a R\$ 0,014 por litro, nos últimos 12 meses o combustível já acumula redução de 30,3%.

A companhia ajusta os preços mensalmente e vende o QAV produzido em suas refinarias ou importado apenas para as distribuidoras, que por sua vez transportam e comercializam os

produtos para as empresas de transporte aéreo.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que na véspera havia defendido uma “discussão rigorosa” sobre o tema, reforçou que a questão das aéreas não se trata só do combustível. “Temos que tratar considerando a natureza das empresas, a situação do setor aéreo e considerando principalmente a questão do preço das passagens no Brasil e a fórmula da composição de preço e o que representa o combustível nela”, disse, após evento no Planalto.

O presidente da petroleira, Jean Paul Prates, afirmou que a companhia está disposta a colaborar com o debate sobre a situação do setor aéreo no Brasil, mas que não é possível baixar as passagens nem resolver o problema das empresas por meio da Petrobras.

123 Milhas é alvo de operação em MG

Uma operação deflagrada ontem pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) mirou os diretores do grupo 123 Milhas. Foram cumpridos 17 mandados de busca e apreensão em endereços dos sócios em bairros de Belo Horizonte. Batizada de Operação Mapa de Milhas, a investigação apura os crimes de leniência e lavagem de dinheiro.

Em agosto do ano passado a companhia suspendeu pacotes e a emissão de passagens de sua linha promocional, afetando viagens já contratadas pelos clientes, em seguida entrou com processo

de recuperação judicial. De acordo com o MP, o objetivo da operação é apurar se houve “estratégias financeiras e corporativas com o objetivo de dissimulação e ocultação de valores e bens”.

Em nota, o Grupo 123 Milhas declarou que sempre se colocou à disposição das autoridades e forneceu documentos sobre suas operações. “A empresa disponibilizou toda a sua documentação fiscal, assim como a de seus sócios, à Comissão Parlamentar de Inquérito das Pirâmides Financeiras”, informou.

“Os gestores da 123 Milhas

estão, no momento, dedicados ao processo de recuperação judicial para quitar todos os débitos com os credores. A empresa reafirma seus preceitos de responsabilidade e transparência com clientes, credores e autoridades e aguarda mais informações do Ministério Público para prestar os esclarecimentos necessários”, complementou a empresa.

Na última semana, a Justiça suspendeu, pela segunda vez, a recuperação judicial da 123 Milhas. O processo foi retomado em dezembro de 2023, após ser suspenso em setembro a pedido do Banco do

Brasil. A instituição financeira teria afirmado que a agência de viagens não instruiu na petição inicial todos os documentos necessários para viabilizar o processo da recuperação judicial e, também, não incluiu a lista de credores.

A nova decisão levou em consideração que empresas associadas ao grupo não passaram pelo processo de constatação prévia de suas condições reais de funcionamento. Assim, o pagamento da dívida, tanto com credores quanto com clientes, continua parado e sem expectativa para ser resolvido.

Juca Varella/Agência Brasil



Empresa entrou em recuperação judicial: suspeita de lavagem

STF

Toffoli suspende multas da Novonor, antiga Odebrecht

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), ampliou as decisões que restringem o alcance dos acordos de leniência assinados com empresas acusadas na Operação Lava-Jato e atendeu ao pedido da Odebrecht (atual Novonor), suspendendo o pagamento das parcelas da multa da empreiteira. É o segundo acordo de leniência suspenso por determinação de Toffoli. Ele já havia beneficiado a J&F com decisão semelhante. O ministro determinou, em setembro do ano passado, a anulação de todas as provas que embasaram o acordo de leniência da Odebrecht, assinado no fim de 2016.

Como parte da leniência — uma espécie de delação premiada para pessoas jurídicas —, a construtora abriu ao

Ministério Público Federal as planilhas da contabilidade paralela, com registros de propinas a agentes políticos e funcionários públicos.

Toffoli fundamentou sua decisão monocrática nas mensagens da Operação Spoofing — investigação sobre a invasão de celulares do ex-juiz Sergio Moro e dos procuradores da antiga força-tarefa da Lava-Jato — e no julgamento que declarou a suspeição de Moro e considerou que havia “vícios” nas provas.

No pedido de suspensão da multa, a empresa afirma que foi pressionada a fechar o acordo para garantir sua sobrevivência financeira e institucional. Toffoli reconheceu que há “dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade”. “A declaração de vontade no acordo de leniência deve

Felippe Sampaio / SCO/STF



Dias Toffoli, ontem, no STF: ministro teve decisão semelhante com J&F

ser produto de uma escolha com liberdade”, escreveu o ministro.

Prazo

Os pagamentos foram suspensos enquanto a empresa analisa documentos da

Spoofing. A Odebrecht assumiu o compromisso de pagar R\$ 2,72 bilhões ao longo de 20 anos. As autoridades responsáveis pela negociação, homologada em 2016, projetaram que o valor corrigido chegaria a R\$ 6,8 bilhões ao fim do período.



Tenho que, a princípio, há, no mínimo, dúvida razoável sobre o requisito da voluntariedade da requerente ao firmar o acordo de leniência com o Ministério Público Federal”

Dias Toffoli, ministro do STF

A suspensão foi decidida no momento em que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, estuda recorrer do ato do ministro que favoreceu a J&F e interrompeu, em dezembro, o pagamento da multa original de R\$ 10,3 bilhões do acordo

de leniência do grupo. O chefe do Ministério Público Federal e equipe avaliam quais seriam os termos da contestação a ser remetida à Corte.

Toffoli herdou do acervo do ministro aposentado Ricardo Lewandowski o processo no qual a antiga Odebrecht questiona o acordo de leniência. Ao determinar a anulação completa das provas do acordo, o ministro descon siderou informações do Departamento de Operações Estruturadas da Odebrecht, conhecido como “setor de propinas” da empresa.

A decisão de Toffoli vem a público após a divulgação de relatório produzido pela Transparência Internacional. O documento atesta que o Brasil perdeu 10 posições e alcançou a segunda pior colocação da história no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) de 2023. A insegurança jurídica foi considerada entrave institucional para o combate à corrupção.

A Novonor, antiga Odebrecht, não se manifestou sobre a decisão do integrante do STF.